

Lei Ordinária nº 2068/2022

"Dispõe sobre a criação e a regulamentação do Serviço de Acolhimento em República para pessoa Idosa - Denominado República Oraldo Fernandes Monteiro - " Cantinho do Idoso" , e dá outras providências".

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, submete a apreciação do Legislativo Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Publicada em 21 de dezembro de 2022

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e regulamentar a residência alternativa administrada pelo sistema de autogestão, na modalidade de Serviço de Acolhimento em República para Idosos, denominada República Oraldo Fernandes Monteiro "Cantinho do Idoso", localizado na Rua Padre Manoel da Nóbrega, Vila Parque das Araras, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
- **Art. 2º** O Serviço de Acolhimento em República para Idosos, tem como finalidade assegurar o abrigamento integral a idosos, visando sua melhor qualidade de vida e autoestima.
- Art. 3º Os critérios para ser beneficiários desse serviço são:
- I Ser pessoa acima de 60 (sessenta) anos, independente

financeiramente, moradora do município de Jardim/MS;

II - Ter renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos para

garantir suas despesas;

- III- Não possuir dependentes que morem juntos;
- IV Não possuir bens imóveis;
- V Ser autossuficiente para sua manutenção;
- VI -Não possuir animais de estimação;
- VII Gozar de autonomia física e psíquica;
- VIII Não possuir vícios que possam prejudicar a convivência

entre seus moradores.

Parágrafo único: O idoso usufruirá em vida da República e se precisar de cuidados de terceiros será encaminhado para receber esse atendimento.

Art. 4º - O Serviço de Acolhimento em República para Idoso, será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação que elaborará o regimento interno com todas as regras e normas que seus moradores terão que seguir, sendo aprovado pelos conselhos: Conselho Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal do Idoso, bem como:

I - Assegurar a convivência comunitária de forma contínua com garantia de acesso a atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer;

II - Contribuir para prevenção do agravamento de situações de negligências, violências e rupturas de vínculos, restabelecendo vínculos familiares e comunitários se houver;

III - Preservar a integridade, a imagem e as informações das pessoas idosas acolhidas, mantendo cadastros e registros atualizados de todos os idosos;

IV - Garantir acesso e espaço com padrões de qualidade bem quanto a higiene, habitualidade, salubridade, segurança e postura não discriminatória.

Art. 5º - As despesas ordinárias de conservação dos imóveis, bem como no local de convívio dos residentes serão de responsabilidade de seus moradores e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 6º - As despesas decorrentes de consumo de água, esgoto, energia elétrica e demais despesas referentes aos imóveis da República Oraldo Fernandes Monteiro - "Cantinho do Idoso", serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Parágrafo único: A alimentação, vestimenta e objetos pessoais serão de exclusiva responsabilidade do idoso acolhido.

Art. 7° - As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotação orçamentárias próprias, suplementadas se necessária pelos Fundos Municipais do Idoso e de Assistência Social, vinculados à Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 8° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

Prefeita Municipal